

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – A CONSTRUÇÃO DO ARCABOUÇO LEGISLATIVO: BREVE RESUMO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DE UM FUTURO PRÓXIMO... 17	17
2 – DIFERENÇA ENTRE PRESTAR TUTELA COLETIVA A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E A FUNÇÃO DE PRESTAR TUTELA A DIREITOS METAINDIVIDUAIS INDIVISÍVEIS (DIFUSOS OU COLETIVOS): REPERCUSSÃO DA DIFERENÇA FUNCIONAL NA ADEQUADA ESTRUTURAÇÃO DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS	31
2.1 Direitos metaindividuais indivisíveis: difusos e coletivos.....	32
2.2 Direitos individuais homogêneos	35
2.2.1 Finalidades da tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	38
2.2.2 Aprofundando a diferenciação entre tutela coletiva de direitos individuais homogêneos e tutela a direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	39
3 – TÉCNICAS PROCESSUAIS PARA TUTELA COLETIVA AOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	45
3.1 Tutela coletiva a direitos individuais homogêneos, visando ressarcimento de danos, mediante a técnica da repartição da atividade cognitiva.....	45
3.2 Tutela conjunta de direitos individuais por meio de litisconsórcio ativo facultativo – cumulação de demandas individuais afins, sem limitação/repartição da atividade cognitiva	48
3.3 Tutela coletiva a direitos individuais homogêneos mediante técnica de transporte <i>in utilibus</i> de <i>ratio decidendi</i> que fixa a responsabilidade civil genérica pelo evento lesivo.....	49
3.4 Tutela coletiva a direitos individuais homogêneos mediante técnica de atribuição de força vinculante aos órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública à decisão sobre questão jurídica proferida por tribunal.....	51

4 – TUTELAS ESPECÍFICAS E OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS.....	61
5 – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA FINS ASSECURATÓRIOS – TUTELA DE URGÊNCIA – ASPECTOS GERAIS.....	73
6 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PELOS QUAIS PODEM SER VEI- CULADAS PRETENSÕES DE TUTELA A DIREITOS METAINDI- VIDUAIS INDIVISÍVEIS (DIFUSOS E COLETIVOS) E/OU TU- TELA COLETIVA A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	83
6.1 Ação civil pública.....	83
6.2 Ação popular	86
6.3 Ação de improbidade administrativa	90
6.3.1 Medidas cautelares de indisponibilidade e de sequestro de bens	98
6.3.2 Medida cautelar de afastamento do agente público	101
6.4 Ação coletiva.....	103
6.4.1 Relações entre a demanda de tutela coletiva a direitos individuais homogêneos e as demandas individuais relativas ao mesmo fato: <i>opt in/opt out e extensão in utilibus</i>	103
6.5 Mandado de segurança coletivo.....	106
7 – LEGITIMAÇÃO PARA PROPOSITURA.....	115
7.1 Legitimação para propositura de demandas de tutela a direitos metain- dividuais indivisíveis	115
7.2 Legitimação para propositura de demanda de tutela coletiva a direitos individuais homogêneos	117
7.3 Legitimidade do cidadão	117
7.4 Legitimação do Ministério Público	119
7.5 A legitimação da Defensoria Pública.....	121
7.6 A legitimação das pessoas jurídicas de direito público interno	121
7.7 A legitimação de órgãos públicos despersonalizados	121
7.8 A legitimação das associações civis, sindicatos e entidades de classe	122
7.9 A legitimação dos partidos políticos.....	125
7.10 A legitimação dos índios, comunidades e organizações indígenas.....	127
8 – COMPETÊNCIA	129
8.1 Jurisdição e competência: competência não é limite da jurisdição – Todo e qualquer órgão jurisdicional brasileiro profere decisões com eficácia apta a abranger todo o território nacional	129

8.2	Raciocínio para definição do órgão jurisdicional competente	131
8.3	Fixação da competência e os casos de conexão e continência.....	137
8.3.1	Identidade entre demandas: litispendência e coisa julgada	138
8.3.2	Conexão e continência.....	141
8.3.3	Relações entre a demanda de tutela coletiva a direitos individuais homogêneos e as demandas individuais relativas ao mesmo fato: Litispendência, conexão ou continência?.....	144
9	– COISA JULGADA	147
9.1	Necessidade de segurança, estabilidade e coisa julgada	147
9.2	A preclusão como pressuposto lógico da coisa julgada.....	148
9.3	Coisa julgada formal e coisa julgada material	150
9.4	Coisa julgada material como extinção do direito a um novo julgamento... ..	151
9.5	Eficácia translativa da coisa julgada material.....	152
9.6	Amplitude subjetiva da coisa julgada material	152
9.7	Amplitude objetiva da coisa julgada material.....	154
9.8	Eficácia preclusiva da coisa julgada material	154
9.9	Coisa julgada material e julgamento de relações jurídicas continuativas ou de trato sucessivo.....	155
9.10	A formação da coisa julgada material nas demandas de tutela a direitos metaindividuais indivisíveis	156
9.11	Regime de formação da coisa julgada material na ação de improbidade administrativa	160
9.12	A formação da coisa julgada material nas demandas de tutela coletiva a direitos individuais homogêneos.....	161
9.13	Análise da nova redação do art. 16 da Lei 7.347/85 e do art. 2º-A da Lei 9.494/97.....	163
10	– INCIDENTES DE SUSPENSÃO DE LIMINAR OU DE SENTENÇA... ..	171
11	– PREPARAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA DEMANDA: PROCEDIMENTOS E PODERES INVESTIGATÓRIOS OUTORGADOS AOS LEGITIMADOS PARA PROPOSITURA	175
	REFERÊNCIAS.....	183
	ÍNDICE ALFABÉTICO	187